



CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG



DÉBORA DE SOUZA

VALÉRIA FOGAÇA

**A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
DE 0 A 3 ANOS**

**CASCABEL
2019**



CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG



DÉBORA DE SOUZA

VALÉRIA FOGAÇA

**A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
DE 0 A 3 ANOS**

Trabalho apresentado como requisito parcial de conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, Artigo, do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz.

Professora Orientadora: Silvana Rodrigues Krefta

**CASCADEL
2019**



CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG



DÉBORA DE SOUZA

VALÉRIA FOGAÇA

**A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
DE 0 A 3 ANOS**

Trabalho apresentado no Curso de Pedagogia, do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Professora Silvana Rodrigues Krefta.

BANCA EXAMINADORA

Silvana Rodrigues Krefta
Pedagoga

Jean Carlos Coelho
Especialista

Dirleia Aparecida Sbardelotto Castelli
Mestre em administração e Negócio

Cascavel/PR., ____ de _____ de 2019.

A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 3 ANOS

SOUZA, Débora I¹
FOGAÇA, Valéria Oliveira²
KREFTA, Silvana³

RESUMO

Esta pesquisa é resultado do estudo referente a adaptação das crianças na Educação Infantil de 0 a 3 anos. O estudo objetiva identificar a adaptação da criança dentro dos CMEI's, incluindo o desenvolvimento e a afetividade, e de que forma os professores podem auxiliar a criança e os pais a se adaptarem com esta nova rotina, sendo esta a base de aprendizagem para os primeiros anos da infância. Busca-se, também, analisar e constatar, se o professor potencializa os aspectos emocionais no processo de adaptação e ensino aprendizagem. A metodologia pauta-se em pesquisa bibliográfica e descritiva e de método qualitativo para crianças de 0 a 3 anos da educação infantil da rede pública. Para isso, utilizamos autores como: KRAMER (1995), PLATÃO (2005), MARCODES (1997), PHILIPPE ARIPÉS (1981), ROUSSEAU, e documentos referentes a esse nível de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, adaptação, desenvolvimento, afetividade

THE IMPORTANCE OF ADAPTATION FOR CHILDREN IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION FROM 0 TO 3 YEARS OLD

ABSTRACT

This research results of the study concerning the adaptation of children, from 0 to 3 years old, in Early Childhood Education. The aim of the study is to analyze child adaptation in CMEIs, including development and affectivity aspects; and how teachers can help the child and the parents adapt to this new routine, as this is the early childhood learning process basis. Furthermore, this paper intends to investigate and certify if the teacher intensifies the child emotional aspects during the adaptation and teaching-learning process. The methodology applied in this study was conducted by bibliographic and descriptive research and the qualitative method for children from 0 to 3 years old in Early school. Therefore, we reviewed authors as KRAMER (1995), PLATO (2005), MARCODES (1997), PHILIPPE ARIPÉS (1981), ROUSSEAU, and documents related to this teaching level.

KEYWORDS: Early Childhood Education, Adaptation, Development, Affectivity.

¹Formanda em Pedagogia, dede.dhc9@gmail.com.

²Formanda em Pedagogia, vava_valeria39@hotmail.com.

³ Pedagoga, silkreftafag@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A escola tornou-se acima de tudo um ambiente em que as famílias depositam toda responsabilidade e confiança quanto ao atendimento e cuidado com as crianças de zero a três anos de idade. Ressaltando que é nesse ambiente que muitas vezes é o espaço onde a criança passa o dia todo, que a mesma aprimora seu desenvolvimento e conhecimento por meio de experiências vivenciadas com outras crianças e adultos.

Essa pesquisa parte da premissa quanto à percepção desenvolvida durante a rotina observada em sala de aula em relação ao processo de adaptação, em que a relação de bem-estar emocional das crianças auxilia no desenvolvimento pleno das mesmas.

Dessa forma, o estudo em questão busca analisar de que maneira efetivamente, a escola, como primeiro agente socializador, pautada no trabalho e participação do professor, estaria proporcionando segurança emocional, a qual propicia as primeiras experiências reais, oferecendo condições necessárias de segurança, lazer, proteção e interação para as crianças.

No decorrer do artigo será descrita uma abordagem sobre o processo histórico tanto da criança e da infância, quanto ao que se refere à história das instruções responsáveis pelo cuidado de crianças pequenas de zero a três anos.

Este trabalho será desenvolvido através do método de pesquisa bibliográfica, que tem, como intuito auxiliar no levantamento de ideias de diferentes autores referente ao tema abordado. Dessa forma, proporciona ao pesquisador o conhecimento de novas autorias, analisando e utilizando-as quanto a compreensão referente ao projeto de pesquisa.

2 COMPREENSÃO DE INFÂNCIA A PARTIR DE PERSPECTIVAS HISTÓRICO-FILOSÓFICAS

Os conceitos de infância, criança e educação infantil precisam ser compreendidos antes de tudo, como um processo de construção social que influenciam na sua concepção. A ideia específica de infância nem sempre existiu e nem sempre da mesma maneira, o conceito se estabeleceu historicamente pelas modificações das formas de organizações da sociedade. A linha de construção histórico-filosófica da infância mostra que a criança não tinha um lugar na sociedade, conferiremos que a compreensão de infância vai se modificando de acordo com cada período histórico (KRAMER 1995, p. 21).

A partir das narrativas filosóficas estudadas, percebe-se a contribuição dessas em relação a percepção da criança na sociedade atual. Cada estudioso considera a infância de

acordo com o seu momento na história, permitindo uma melhor compreensão no que se diz respeito à infância. Assim, será realizada uma retrospectiva histórica filosófica, a fim de que haja compreensão em relação ao conceito de criança e infância nesse processo histórico.

Para Platão (2005) que não escrevia especificamente para as crianças ou para a sua educação, o seu pensamento estava relacionado com o projeto de cidade, tendo em vista que entre os filósofos não havia discussões sobre a infância e a criança, a relação estabelecida era referente à *polis*³, que para se ter uma cidade justa, era preciso ter um guardião justo, logo era preciso se pensar na educação da criança.

Percebe-se que a visão platônica de infância tinha uma intencionalidade política, isto é, com o cidadão que governaria a cidade, e não com a educação da criança, mas sim pelo que se tornaria na fase adulta. Era uma educação que tinha por objetivo moldar politicamente essas crianças.

Marcondes (1997) relata que na idade média no ponto de vista de Santo Agostinho havia uma preocupação com a moral da criança, pois a mesma já nascia corrompida, que por não falar, isto é, não possuir linguagem, a criança era desprovida da razão. Dessa forma, o objetivo de educar a criança, segundo Santo Agostinho, era salvar a sua alma, aprimorando a sua cultura religiosa. Quanto ao educador, esse deveria utilizar todos os recursos, até mesmo os físicos para moldar a natureza pecaminosa da criança. Seria então, uma educação voltada para a disciplina e desvio do mal.

Ainda no período medieval, o historiador francês Philippe Ariés (1981), retrata a infância em fotos, diários familiares, pinturas em túmulos, onde aparece a criança caracterizada como homens e mulheres em tamanhos reduzidos, seus corpos eram pequenos, porém as expressões e as vestes eram de adultos.

O que se percebe nesse momento histórico, são crianças que eram vistas como adultos em miniaturas, tanto nas roupas quanto em momentos diários, estavam sempre misturadas com os adultos, nas conversas, no trabalho, nos estudos, não vista com necessidades diferentes das dos adultos.

Já Rousseau (2004), filósofo romântico naturalista, foi capaz de introduzir um novo olhar sobre a infância, para o autor a criança precisava viver a infância, e que esta deve ser respeitada pelo o que ela é, e não querer que ela pense e se comporte como um adulto. O filósofo enfatiza que a infância tem maneiras próprias de ver as coisas, o mundo, de pensar e

³Pólis significa cidade-estado. Na Grécia Antiga, a pólis era um pequeno território localizado geograficamente no ponto mais alto da região, e cujas características eram equivalentes a uma cidade.

sentir, e essas precisavam ser respeitadas e não ser apenas uma reprodução das atitudes dos adultos. Quando isso acontece ferimos a autonomia e a liberdade da criança.

É então que surge uma nova concepção de homem, um ser mais humanista, que emana com a mudança da sociedade feudal para o urbano-industrial, faz surgir uma nova ideologia de educação, da família, e, também, da infância. A sociedade burguesa começa a perceber que a criança precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para o futuro (KRAMER, 1995, p. 21).

A criança sobrevém de um ser inexistente que não era entendida para um ser de transformações sociais, que se modifica de acordo com cada momento histórico. E para se entender a infância tornou-se necessário entender o contexto social em relação às crianças.

Souza (2009) relata que a infância é uma construção social que varia de acordo com o contexto histórico, e, é construída a cada dia, e muitas crianças não vivenciam esse momento tão significativo na vida do ser humano. Esse novo sentido de infância que Rousseau apresentou contribuiu para a valorização da criança, passando, então, a vê-la como um ser social, ativo e criativo, arquiteto de sua própria vida.

Portanto é preciso considerar a infância como uma condição da criança, elas participam das relações sociais, pois é um processo social, cultural e histórico. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos propícios a apropriação de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar específico. É preciso valorizar as representações de infância e considerar as crianças como seres concretos, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras de história (KUHLMANN, 2010, p.30).

Vale ressaltar a relevância quanto as considerações de Rousseau para a compreensão de infância, afinal essas permanecem até hoje nos estudos da pedagogia, mantendo influência direta na formação da criança, pois não queremos que as mesmas transcrevam a forma de ser do adulto, mas que elas sejam capazes de ser únicas, criativas e participem ativamente de seu momento de infância.

Perpassando por todo esse contexto histórico, fica evidente o não reconhecimento de infância, e da criança, da mesma forma de espaços que tinham um olhar voltado para além do cuidado e assistencialismo com essa faixa etária.

3 INFÂNCIA: RECONHECIMENTO E LEGALIDADE DA EDUCAÇÃO

Podemos afirmar que a infância moderna surge com a burguesia, e que o sentimento de infância se sustenta na inserção da criança na sociedade, que passa a ser merecedora de cuidados e de educação desde o momento que consegue sobreviver (ROCHA, 1997).

Sendo assim, o olhar da pedagogia sobre a infância está pautado na esfera escolar, que leva em conta as características históricas da infância bem como toda a sua compreensão de acordo com a composição social vigente.

A principal fonte de mudança nas práticas de cuidados com as crianças estaria situada na redução da ansiedade dos adultos proporcionada pela sua aproximação maior com as mesmas.

Os cuidados com as crianças estariam melhorando no curso da história e não seria um simples aspecto das práticas culturais, mas a verdadeira condição para a transmissão e o desenvolvimento de todos os outros elementos culturais (KUHLMANN, 2010, p.20).

Dessa forma, considerações de que os cuidados com as crianças viriam melhorando ao longo da história, estariam relacionadas com a mudança de contexto que a infância, a família e toda sociedade estaria vivendo, no qual o assistencialismo à criança estaria lado a lado com a família e a educação.

Porém, as iniciativas voltadas às crianças predominavam ainda, as tendências médicas, alimentares e assistencialistas. Somente a partir dos anos 80 o direito à educação de todas as crianças passa a ser reivindicada pelos movimentos como os das mulheres, de educadores, de trabalhadores (KRAMER, 1995).

Portanto, pode-se ter como vitória o direito da criança à educação, e os espaços de atendimento coletivo seriam para todos indiferente de sua classe social, pois agora a criança seria cuidada e educada. Toda essa luta foi legalizada no país pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (MEC, 2012, p.128/129).

Com a legalização do direito da criança a ser cuidada e educada, os espaços coletivos educacionais passam a ter mais valorização, e são considerados perante a lei, e passa a se adotar a expressão Educação Infantil.

Sendo assim, adota-se a expressão Educação Infantil no nosso país a qual se consagra nas disposições da Constituição Federal de 1988, assim como na Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional de 1996, para que dessa forma pudessem ser caracterizadas as instituições educacionais pré-escolares, abarcando o atendimento de 0 a 6 anos (KUHLMANN, 2010, p.7).

Pensando nas crianças e nos seus interesses, os quais foram reconhecidos com a ajuda dos movimentos sociais, podemos citar o ordenamento legal de reconhecimento da educação infantil, o que está caracterizado no art. 205 da Constituição Federal.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (MEC, 2012, p. 121).

A criança passa a ter legalmente um direito social, e o seu atendimento será em creches e pré-escolas, logo essas instituições atuarão construindo a nova identidade das crianças que serão escolarizadas.

Conforme o DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) de (2013), e a Lei Nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a ser regulamentado esse ordenamento, introduzindo uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as quais, a integração das creches nos sistemas de ensino compondo, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica. Essa lei evidencia o estímulo à autonomia das unidades educacionais na organização flexível de seu currículo e pluralidade de métodos pedagógicos, desde que assegurem aprendizagem.

Pensando nas transformações que calhou o processo que a Educação Infantil, vale retomar que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que a definiram como primeira etapa da educação básica, antecedendo o ensino fundamental, de caráter obrigatório, e o ensino médio. Essa ampliação do direito à educação a todas as crianças pequenas, desde seu nascimento, representa uma conquista importante para a sociedade brasileira.

Mas apesar do reconhecimento como primeira etapa da educação básica, a educação infantil ainda não é obrigatória, persistindo numa proposta assistencialista até esse momento.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de caráter mandatório orientam a formulação de políticas, incluindo a de formação de professores e demais profissionais da Educação, e também o planejamento, desenvolvimento e avaliação pelas unidades de seu Projeto Político-Pedagógico e servem para informar as famílias das

crianças matriculadas na Educação Infantil sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que podem ocorrer (DCNs, p, 83. 2013).

Desse modo, legalmente a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em aspectos físicos, afetivo intelectual, linguísticos e sociais.

A Educação Infantil passa a ter destaque com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que implantou a educação para menores de seis anos, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade (CASCAREL, 2008, p. 30).

Mesmo com tantas modificações em relação às leis referentes à Educação Infantil, verificava-se a necessidade de diretrizes próprias para esse nível de ensino.

Assim, percebendo essa necessidade, é apresentada a **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009** que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a qual propõe objetivos, proposta pedagógica, princípios e avaliação para essa faixa etária.

Foram estabelecidas novas normas pela Lei nº 12.796, sancionada pela presidenta da República, Dilma Rousseff, e publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de abril de 2013. O novo documento ajusta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade.

Art.208.(...) I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) ao 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos que a ela não tiveram acesso na idade própria; (o disposto neste inciso I deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União) (DCNs, p.10, 2013).

Assim, os demais itens da Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, atualizam a Lei de Diretrizes e Bases, e preveem que a educação infantil terá carga horária mínima anual de 800 horas, e controle nas pré-escolas de frequência mínima de 60% do total de horas, assim como ensino gratuito às crianças de até 5 anos de idade. A lei divide a Educação em 3 etapas: Educação Infantil- 0 a 3 anos- CMEI's, Educação Infantil- 4 e 5 anos (obrigatória)- escolas municipais e ou privadas, Fundamental: 6 a 14 anos, Ensino Médio- 15 a 17 anos.

4 O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS NO CMEI

Para iniciar a discussão sobre adaptação na educação infantil, se faz necessário saber o que significa o termo adaptação, ou seja, acomodação ou um ajustamento, subentendendo-se uma submissão a uma determinada situação, seja ela favorável ou não.

A criança, por vezes, percebe esse processo de adaptação de diferentes maneiras, as quais são responsáveis por diversas reações na mesma. Algumas veem esse processo de transição como algo divertido e seguro, restabelecendo vínculos com as professoras e com outras crianças rapidamente. Outras sentem e vivenciam esse processo como um momento de separação e perda da família, o que resulta em angústia, choro e sofrimento, e se torna um processo muito desgastante e doloroso e de muita ansiedade para todos os envolvidos nesse processo de adaptação: criança, pais, escola e professores.

Durante esse processo de adaptação a reação das crianças com seus pais, pode ser representada de várias formas, através do choro, ficando caladas, sem fome, sem vontade de brincar, podendo até mesmo ficarem doentes, segundo o RCNEI (1998) esse comportamento se dá em função de que:

Algumas crianças podem apresentar comportamentos diferentes daqueles que normalmente revelam em seu ambiente familiar, como alterações no apetite; retorno às fases anteriores do desenvolvimento (voltar a urinar ou evacuar na roupa, por exemplo). Podem, também, adoecer; isolar-se dos demais e criar dependências de um brinquedo, da chupeta ou de um paninho. (RCNEI, 1998, p.80).

Para isso, um dos meios mais seguros e viáveis é criar vínculo com essa criança, como trazer um objeto para a escola que seja pessoal e que a faça lembrar da sua família, para que assim, possa sentir-se bem no ambiente escolar para fazer novas descobertas e sentir-se num ambiente seguro como em sua casa.

Quando a criança inicia em um CMEI, ocorrem várias situações em relação a sua adaptação que desencadeiam, ansiedade e insegurança, afinal cada criança vem de casa com um costume, valores e rotina, o que demanda tempo, atenção e paciência por parte dos professores e demais funcionários da instituição.

O educador deve focar no modo de relacionar-se com os bebês, buscando entender suas trajetórias sociais e tornando sua adaptação no ambiente escolar o mais acolhedor possível, pois todo o processo de readaptação, por vezes, gera além de novas descobertas, nova rotina, interação e socialização com o novo grupo. Além do que, conhecer e identificar nos seus alunos, as fases de desenvolvimento e aprendizagem passíveis para essa faixa etária.

No livro “Relações entre bebês e adultos na creche” de Daniela Guimarães, afirma que o cuidar e educar são quesitos indissociáveis e complementares na Educação Infantil, pois o trabalho com essas crianças tão pequenas é uma imensa tarefa e é praticamente impossível educar uma criança sem cuidar da mesma. E, desta forma, o trabalho do professor acaba tornando-se algo muito importante e o mesmo deve agir com muita cautela, pois seu ensinamento contará muito no futuro desta criança.

A autora Daniela Guimarães (2011), por sua vez, em seu livro, explica como pode ser o cuidado e o ensinamento na Educação Infantil, em que cuidar pode ser compreendido como a transmissão e instrução de conhecimentos, como ensinar nomes, cores, objetos e etc.

Já o “cuidar” requer atender as crianças na parte da higienização, hora do sono, alimentação e entre outras coisas, com isso é muito importante que o professor regente tenha sempre um auxílio de estagiário e/ou atendente de creche.

Não podemos esquecer que o professor também deve saber como lidar com os pais, pois, não é fácil deixarem seus filhos com outras pessoas oito horas por dia, sendo assim, os responsáveis precisam confiar nos professores ao deixarem seus filhos no Cmei. Desta forma, o docente deve retribuir essa segurança, o que resultará numa relação favorável, principalmente ao que diz respeito ao desenvolvimento da criança.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a etapa da Educação Básica é a primeira em que ocorre o desvinculo com a família, na qual a criança passa a ficar entre meio período a período integral fora de sua casa e longe de seus pais e responsáveis. Neste caso deve sempre articular a realidade da criança com o ensino pedagógico, pois a criança já vem de sua casa com uma experiência de vida, e o professor não deve tirar isso dela, e sim vincular a sua vivência com o aprendizado didático, tendo como objetivo ampliar o conhecimento e habilidades destas crianças em um universo vasto de experiências.

5 A RELEVÂNCIA DO AFETO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No olhar de alguns teóricos, a afetividade é algo de discussão, pois os mesmos relatam que o afeto é muito importante para o desenvolvimento da criança, tanto no ambiente escolar como em sua própria casa. O afeto consegue atribuir para que a criança cresça sabendo ser um indivíduo autônomo, que respeita seu par e familiar e consiga enfrentar seus desafios com mais segurança. Com isso, cabe a todos considerar e compreender cada vez mais a afetividade na Educação Infantil como algo significativo tanto para as relações, quanto para o aprendizado da criança, tornando-se um processo de fortalecimento para esse indivíduo.

A afetividade precisa ser considerada como fator importante que agrega, e muito, de forma positiva a adaptação com crianças da Educação Infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), com base legal, comunica sobre a constante necessidade de assegurar a estes seres tão pequenos o seu desenvolvimento com qualidade, em que a sua interação com o outro é uma relação natural e conflitante. Desta forma, a relação entre a criança com outra criança e a criança com um adulto deve ser intensa, e é nesta perspectiva que entra o afeto, que é o pano de fundo para o sucesso da Educação Infantil. Porém, muitas crianças que chegam ao CMEI, já vêm com uma bagagem de experiências marcantes de alegrias ou de frustrações, que influenciam de forma positiva ou não em seu comportamento.

A existência de um ambiente acolhedor, porém, não significa eliminar conflitos, disputas e divergências presentes nas interações sociais, mas pressupõe que o professor forneça elementos afetivos e de linguagem para que as crianças aprendam a conviver, buscando as soluções mais adequadas para as situações com as quais se defrontam diariamente. (RCNEI, 1998: p.31).

Nesta fase, é importante salientar o quanto as crianças podem desenvolver habilidades sozinhas, fazendo suas descobertas, construindo sentimentos, demonstrando segurança com seu professor de maneira a facilitar sua aprendizagem. E é neste início do ciclo de vida que a criança deve se sentir à vontade para que durante seu crescimento consiga ser um indivíduo “solto” e liberto de vergonhas e acanhamentos. Assim, é muito importante entender a criança como uma pessoa de sentimentos, desejos, vontades e necessidades, com direitos e deveres. Portanto, a escola deve ser o espaço que o oferece essas condições, possibilitando o fortalecimento dos laços afetivos, mas não deixando de lado a sua autonomia pelo fato de estar lidando com crianças pequenas, pois por menores que elas sejam devem saber quais são os seus limites. Restrepo (1998) chama a atenção, afirmando que:

A escola em seu conjunto, sente uma profunda aversão a sensorialidade e à singularidade. Pode-se constatar isso na maneira de tratar o chamado problema de

aprendizagem. Quando uma sensibilidade singular se choca com o onanismo da máquina escolar preocupada tão-somente em perpetuar-se a si mesma, a forma que esse encontro toma é o fracasso acadêmico... Ao negar a importância das cognições afetivas, a educação se firma como um pedantismo do saber que se mantém subsidiário de uma concepção de razão universal e apática, distante dos sentimentos afetivos, fiadora de um interesse imperial que desconhece a importância de ligar-se a contextos e seres singulares. (RESTREPO, 1998, p.32).

Para o autor, o processo de ternura e compaixão tem sido retirado da vida acadêmica, procurando somente a verdade em termos científico, deixando para trás o bom senso voltado para os sentimentos, o que auxilia e muito na fase de adaptação escolar.

O modo que as crianças são acolhidas nessa fase, gera marcas para toda vida, tornando assim esse momento muito importante na vida da criança, por isso mostra-se que esse acolhimento seja de uma forma agradável. Em seu artigo Ladwing, Goi e Souza (2013) salientam que:

A educação infantil pode representar na vida de uma criança uma experiência rica que trará sempre lembranças agradáveis, como também pode ser geradora de muitos problemas. Por esta razão, a necessidade de acolher bem a criança no ingresso à escola. Ela chega à escola com medos, angústias, inseguranças, pois é um ambiente novo. Enfim, todo um processo novo de adaptação que terá que ter um ambiente acolhedor e prazeroso para que, aos poucos, vá superando esses sentimentos. Também para a escola, professores e pais é um período de adaptação. Nesse sentido, os vínculos afetivos entre família e escola precisam ser construídos para que a criança sinta que a família tem uma relação de confiança em relação aos seus novos cuidadores. (LADWING, GOI e SOUZA, 2013, p.12-13).

A afetividade é algo que contribui para esse processo de adaptação na escola, para isso o professor deve se aproximar da criança, sentir a emoção e interagir com ela, facilitar a adaptação deles nessa fase. A primeira infância é o período no qual as crianças desenvolvem e constroem suas bases cognitiva, emocional, motora, social e ética.

Portanto, nesse período eles não fazem o uso somente da linguagem oral, as crianças de 0 a 3 anos utilizam e muito a emoção para se comunicarem com o mundo em sua volta, essas são evidenciadas pelo choro e propriamente pelo sorriso.

A rotina de muitas crianças é de até 12 horas por dia na escola, o que, por vezes resulta num processo de cansaço e estresse para elas, o professor por sua vez, deve promover atividades as quais possibilitem a aproximação com as mesmas, demonstrando afetividade, atenção e cuidado o tempo todo.

A afetividade tem um papel de suma importância no desenvolvimento da criança, tanto da personalidade, quanto no aprendizado, e nesta face o afeto envolve também na hora da troca e todo o processo de higienização da criança, portanto o professor deve ter o máximo de cuidado e demonstrar muita segurança a essa criança, pois são nessas horas que a mesma sentirá insegurança e demonstrará mais medo.

Diante disso, o professor tem que ter muita cautela ao se dirigir aos pais, pois estes também se sentem inseguros ao deixarem seus filhos por tanto tempo com outras pessoas. Assim, cabe ao educador demonstrar segurança e afeto pelos pais e pelas crianças, para que estes possam ir para seus trabalhos com tranquilidade.

É notório que, quanto mais o profissional se demonstrar preparado, mais segurança terão os pais em deixar seus filhos no CMEI. Segundo Balaban (1988, p. 25), a separação é uma fase que acontece em todo processo da vida humana.

A separação afeta as crianças. Afeta os pais. Faz brotar sentimentos nos professores. O início da vida escolar pode ser uma ocasião excitante ou também uma ocasião agradável. Junto com aqueles que realmente estão encantados por estarem iniciando sua vida escolar, existem frequentemente outras crianças chorando ou pais tensos e nervosos. (BALABAN, 1988, p. 24)

Com isso, o autor referido nos mostra que ao deixar os pais tranquilos e seguros irá assegurar um bom convívio entre todos, e esta segurança, fará com que os mesmos não se desesperem ao deixarem seus amados nas escolas, afinal, muitas vezes o desespero dos pais transmite insegurança para a criança fazendo com que ela chore e permaneça nervosa o dia todo. Porém, a serenidade dos pais será repercutida na tranquilidade da criança, criando harmonia e um bom aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou possibilitar o entendimento do papel que a escola proporciona na vida da criança de 0 a 3 anos, sendo esta o primeiro agente socializador durante o período de adaptação, da mesma forma, local no qual as crianças adquirem novas experiências de vida. Sendo essas experiências responsáveis pelas relações emocionais e afetiva e nas práticas pedagógicas dos professores da Educação Infantil.

Desta forma, o processo de adaptação na primeira semana da criança de 0 a 3 anos na Educação Infantil, pode sim ser muito desgastante, tanto para a criança como para os pais e até mesmo para os professores. Mas o educador por sua vez, deve criar um vínculo com a criança, transmitindo segurança, para que assim, ela se sinta bem no ambiente escolar. Os pais precisam estar seguros do que realmente querem e se querem deixar a criança na escola, pois terão que se manter firmes.

Tanto para a criança, como para o adulto uma situação nova é uma posição incômoda, pois o indivíduo sai da sua zona de conforto para enfrentar algo desconhecido, algumas sentem e vivenciam esse processo como um momento de separação e perda da família. Resultando num processo muito desgastante e doloroso e de muita ansiedade para todos os envolvidos nesse processo. Assim, nesse período, a criança a ser adaptada terá o apoio e ajuda dos próprios colegas de classe, professores e todos os funcionários da escola. Com isso pode se entender que todo este processo de adaptação leva certo tempo, mas, é algo que depois de superado leva a criança a ser um indivíduo autônomo e com mais segurança em suas próprias escolhas.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra & MARTINS, Ligia Marcia. **Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil? em defesa do ato de ensinar**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. ISBN: 978-85-7018-698-0 1. Constituição, Brasil (1988). 2. Emenda Constitucional, Brasil. 3. Decreto Legislativo, Brasil. I. Título.

CAMPOS, Gleisy Vieira. LIMA, Lilian. **Por dentro da Educação Infantil: a criança em foco**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2010.

FERREIRA DE ANDRADE, Maria Ináuria; SOUZA MACEDO, Andressa Lenuska. **O processo de adaptação e a importância do acolhimento na Educação Infantil**. Natal-RN, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética**. São Paulo: Cortez, 2011.

PAVESI, Renata. **A adaptação inicial na Educação Infantil: reflexões sobre a prática no Centro de Convivência Infantil Chalezinho da Alegria da UNESP**. Presidente Prudente/SP.

PEREIRA DOS SANTOS, Elisandra. **Adaptação de crianças na Educação Infantil**. FACOS/CNEC, 2012.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. **O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos**. Rio Grande do Sul, 2001.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.